

PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 345/XII/1.^a

Recomenda ao Governo a reposição da taxa do IVA de 13% no setor da Restauração

Desde o momento em que foi tornado público que o Governo iria propor, no Orçamento de Estado/2012, o aumento do IVA de 13% para 23% para o setor da restauração - indo além do que ficara contratualizado no Memorando de Entendimento de 17 de Maio de 2011, que impunha a solução mais penalizadora para o setor - que o Partido Socialista tem chamado a atenção para o efeito contraproducente que esta medida iria produzir: por um lado, a quebra no consumo das famílias, que dispõem hoje de menos rendimento disponível iria reduzir a receita fiscal de IVA esperada pelo Governo; por outro, levaria a uma cascata de insolvências e à destruição em massa de postos de trabalho, que, para além das terríveis consequências sociais, colocaria em causa a execução orçamental do lado da despesa em subsídios de desemprego.

Por considerar que face à quebra da economia era fundamental manter alguma competitividade neste sector estratégico para a economia portuguesa - seja para a dinâmica do mercado interno, seja para a redução do défice externo -, o Partido Socialista apresentou, em sede da discussão na especialidade do Orçamento do Estado/2012, propostas com neutralidade orçamental para impedir este aumento de 77% do IVA na restauração.

Ao longo dos últimos seis meses, o Partido Socialista tem continuado a prestar uma atenção muito especial a esta questão, ouvindo os actores económicos no terreno e seguindo a evolução da execução da receita fiscal. Recorde-se que no Orçamento de Estado/2012 o Governo espera que a receita de IVA em 2012 aumentasse 13,6% face ao montante arrecadado em 2011, valor que foi revisto em baixa para 11,6% no Orçamento de Estado Retificativo/2012 apresentado no final de março passado. Ora, no fim do primeiro quadrimestre do ano, a receita de IVA está abaixo 3,5% do montante coletado em período homólogo de 2011 - e se é verdade que a receita do IVA não reflete ainda os efeitos resultantes da reestruturação das taxas introduzida no Orçamento de Estado/2012, as

indicações disponíveis no terreno vão no sentido de que o efeito de recuperação da receita ficará muito aquém da meta estimada.

As associações do sector, assim como outros agentes económicos e sociais, têm vindo a alertar para a possibilidade de insolvência e encerramento de milhares de empresas de restauração acelerar durante o presente mês de maio, sobretudo depois do passado dia 15, quando as empresas foram chamadas a liquidar o IVA. A AHRESP estima que o número de postos de trabalho perdidos pode ascender aos 23 mil por consequência direta do aumento do IVA, e que esse valor pode chegar aos 47 mil no final do ano de 2012.

Os últimos números do INE demonstram a vaga de destruição de emprego em curso: no último trimestre foram destruídos cerca de 15900 empregos líquidos no sector de alojamento e restauração face ao último trimestre do ano passado, tendo sido destruídos 33000 num espaço de um ano. O impacto da asfixia fiscal coloca sob enorme incerteza o cumprimento das metas da receita fiscal, mas produz uma consequência incontornável: uma imparável vaga de insolvências e de desemprego que representa destruição de capacidade do tecido produtivo.

Recentemente, Governo já disse de forma muito clara não ter sido capaz de antever nem ser ainda capaz de explicar a evolução que tem tido o desemprego nos dois últimos trimestres - uma incapacidade de compreensão em tudo semelhante àquela que demonstrou ao ter sido incapaz de antever o impacto brutalmente recessivo de uma medida para o qual o Partido Socialista sempre alertou.

Infelizmente, o Governo também não parece compreender que qualquer "agenda de transformação estrutural da economia", que afirma ser o seu objetivo último, deveria ter como sempre prioridade proteger as empresas neste momento mais recessivo do mercado - dando espaço para uma reestruturação ordenada - e, não, inversamente, acelerar a espiral das insolvências, que só produzem depreciação de capital e o desperdício de capital humano.

Isto, claro, já para não falar na automática subida dos gastos com o subsídio de desemprego, que não deixará de colocar em causa a execução orçamental pelo lado da despesa. Recorde-se que em Outubro, no Orçamento de Estado/2012, o Governo esperava

gastar em 2012 menos 0,1% em despesa com subsídio de desemprego do que em 2011; no Orçamento de Estado Retificativo/2012 o Governo já admitia que a despesa subiria 5,7%. Ora, no fim do primeiro quadrimestre de 2012, a despesa com o subsídio de desemprego é mais alta 21,4% do que no período homologado de 2011, e face à dinâmica de destruição de emprego em curso na economia portuguesa, é praticamente impossível que a meta do Governo possa vir a ser cumprida.

O Governo já não vai a tempo de recuperar as empresas e o emprego destruído, mas vai ainda a tempo de corrigir parcialmente o erro grosseiro que cometeu ao aprovar o aumento do IVA de 13% para 23% para a restauração, contra os protestos e avisos de todos os actores políticos e económicos que têm, é hoje certo, da economia portuguesa uma visão bem mais realista e menos ideológica do que o Governo.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia da República que recomende ao Governo que:

- Proceda à reposição da taxa do IVA de 13% na prestação de serviços de alimentação e bebidas.

Palácio de São Bento, XX de maio de 2012.

Os Deputados do Partido Socialista,

Hortense Martins

José Junqueiro

Carlos Zorrinho

Basílio Horta

Eduardo Cabrita

João Galamba

Pedro Silva Pereira

Filipe Neto Brandão

Ana Paula Vitorino

Idália Serrão

Pedro Marques

Miguel Freitas

Fernando Jesus

Glória Araújo

Rui Paulo Figueiredo

Pedro Nuno Santos

Miguel Laranjeiro

Sónia Fertuzinhos

Luísa Salgueiro